

SÁBADO, 20 DE AGOSTO DE 1994

O presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, deveria perder algumas horas de seu fim de semana assistindo a uma gravação em videolaser de *Andrea Chénier*, detendo-se especialmente em seu primeiro ato, quando os criados da nobre dama proprietária do castelo o invadem porque a Revolução começou na França. O ato é relativamente curto e a ópera não excederá três horas seguidas — mas o drama que o deputado está criando será de longa duração. Especialmente porque é uma bofetada atirada à Nação a sua pretensão de ver na medida provisória que deu aumento aos funcionários civis e militares não um primeiro passo para a realização da isonomia, mas um aumento puro e simples — com o que se faz indispensável dar aumento não só aos funcionários da Câmara, mas de todo o Congresso e, por isonomia!, aos do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Na sua ligeireza, o deputado chega a afirmar que, se tivesse condições, daria em dezembro aumento de 100% a deputados e funcionários, pois ganham pouco. Um deputado percebe cerca de R\$ 3 mil, segundo seu presidente; pouco mais de R\$ 4 mil, segundo o diretor-geral da Câmara, que disso deve entender bem. O argumento do deputado Inocêncio é digno de Meneguelli: houve defasagem salarial, pois em 1974 o salário de um deputado equivalia a R\$ 8 mil! Estamos diante de um caso claro de má-fé cínica ou de estupidez córnea.

O presidente da Câmara, reconheça-se, não age levado apenas pelo desejo de ser reeleito se o sr. Luís Eduardo Magalhães não pretender ser o terceiro homem da República. Age impulsionado pelos servidores da Casa, que foram os primeiros a mover-se para transformar a MP da isonomia numa providência de aumento, que deveria, pois, estender-se aos dois outros Poderes. Enquanto o Executivo se reúne para firmar posição contra qualquer aumento acima da inflação ou de reposição nas estatais; enquanto os ministros da Fazenda e do Trabalho se esfalfam para convencer trabalhadores e patrões a não exigir nem dar demais, Congresso, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas podem reunir-se e, sem veto de nenhum outro Poder, decidir que o aumento que se pretendem dar não afetará em nada o Plano Real. Esquecem o aspecto moral do problema — o que leva a indagar se alguma vez se pensou nele.

Não será apenas o Executivo que se insurgirá contra a decisão do Congresso e do Judiciário se ela for tomada — ao preço da crise institucional que se abrirá à véspera das eleições. Será o povo em primeiro lugar. Depois, na esteira do protesto popular, virão as reivindicações dos empregados das estatais que têm da-



ta-base em setembro ou outubro, e dos setores privados, cujos acordos vencem no mesmo período. Segundo o aumento autoconcedido pelo Poder Judiciário, como poderá o Tribunal Superior do Trabalho pedir moderação aos trabalhadores, sacrifícios em nome da Pátria? Como se poderá exigir paciência aos que sofrem?

Certo, um deputado ganha entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil — depositados em sua conta bancária. Nos apartamentos funcionais, pagam aluguel invejado pela classe mé-

dia baixa de São Paulo, para não dizer Brasília, onde os aluguéis são altíssimos. Os que não têm apartamento recebem cerca de R\$ 500 de auxílio-moradia. Têm direito a 600 e poucos reais para expedir correspondência. Podem usar telefones de graça até pouco mais de R\$ 600. Sem contar as quatro passagens aéreas por mês entre Brasília e seu Estado de origem, uma delas permitindo uma parada no Rio de Janeiro, não se sabe por quê. Todos se sentem prejudicados.

Atribui-se ao deputado Chico Vigilante, um dos vigilantes efetivos do PT, exame melancólico da situação desses representantes que ganham cerca de R\$ 5 mil brutos por mês (por baixo, 70 vezes mais que o salário mínimo): "Hoje é uma pobreza franciscana. Não só em

relação aos auxílios, que se a gente não controlar acaba excedendo e pagando a diferença. Não há nem copos para beber água". Como é triste saber que o Congresso do país que é a 10ª economia do mundo não tem dinheiro para comprar copos descartáveis. Não tem de fato: apesar da crise do Estado, discutida e cantada em prosa e verso no Congresso, o Tesouro Nacional deve — segundo o deputado Oliveira — R\$ 39 bilhões referentes ao Orçamento de 1994

(estranho cálculo esse, pois o Orçamento não existe). O Congresso deve a Deus e a todo o mundo: empresas aéreas, empreiteiras (sim, porque obras devem efetuar-se apesar de o

Tesouro estar quase exangue), fornecedores em geral. Se fosse uma empresa privada, o Congresso teria tido requerida sua falência. Ninguém lá, seguramente, pensa nisso; muito menos pensa nos empregados da nobre dama, invadindo seu castelo durante o baile em que Chénier conhece sua amada, para anunciar sua libertação, pois a revolução chegara. Afinal, congressistas e funcionários devem pensar com seus botões: se o povo pode comer pãozinho a R\$ 0,09, por que não podemos comer brioches?

Bofetada na Nação